

## UNIVERSIDADES PÚBLICAS ESTADUAIS DO PARANÁ: expansão, precarização e intensificação do trabalho docente<sup>1</sup>

### STATE PUBLIC UNIVERSITIES OF PARANÁ: expansion, precariousness and intensification of teaching work

Berenice Borssoi<sup>i</sup>

**RESUMO:** As universidades estaduais do Paraná expressam a expansão e democratização do acesso ao ensino superior público estadual. Entretanto, a expansão vem sendo marcada pela precarização nas infraestruturas das instituições e carreiras (docente e técnica), disputas de financiamento e intensificação do trabalho docente porque não há realização de concursos públicos. Este estudo, de natureza qualitativa e quantitativa, apresenta resultados parciais da pesquisa de doutorado que teve por objetivo analisar o trabalho docente nas universidades estaduais do Paraná pós-LDB. O texto objetiva apresentar as sete universidades estaduais do Paraná e analisar a intensificação e precarização do trabalho docente.

**Palavras-chave:** Universidades Estaduais. Paraná. Reorganização e Expansão. Trabalho Docente. Precarização e Intensificação.

**ABSTRACT:** Paraná's state universities express the expansion and democratization of access to state public higher education. However, the expansion has been marked by precarious infrastructure in institutions and careers (teaching and technical), funding disputes and intensification of teaching work because there are no public competitions. This study, of a qualitative and quantitative nature, presents partial results of doctoral research that aimed to analyze teaching work in state universities in Paraná post-LDB. The text aims to present the seven state universities in Paraná and analyze the intensification and precariousness of teaching work.

<sup>1</sup> O texto é um recorte da Tese de doutorado defendida em março de 2023, no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação (FE) na Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Aparecida Neri de Souza.

**Keywords:** State Universities. Paraná. Reorganization and Expansion. Teaching Work. Precariousness and Intensification.

## 1 INTRODUÇÃO

O ensino superior no Brasil, no caso do estado do Paraná do mesmo modo, foi marcado por uma trajetória histórica de lutas e interesses políticos, econômicos, sociais e culturais. A organização das primeiras universidades brasileiras ocorreu tardiamente pelo Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931, que estabeleceu o Estatuto das Universidades Brasileiras. De acordo com esse estatuto, o ensino universitário teria a finalidade de elevar o nível cultural, estimular a investigação científica, habilitar para o exercício de atividades técnicas e investigação superior (BRASIL, 1931, art.1º).

Na década de 1960, a educação foi tomada como instrumento de mobilidade social. De acordo com Florestan Fernandes (1972) nesse período ocorre a passagem de uma ordem social estamental para uma ordem competitiva, e também foi um momento em que a democracia (mais populista do que liberal) tomava força com o objetivo de diminuir o poder das oligarquias, dando maior participação das massas no processo eleitoral. O que mais tarde instigou questionar o acesso ao ensino superior.

Ainda, com o processo de industrialização houve a necessidade de suprir os quadros profissionais com formação universitária para enfrentar o processo de desenvolvimento econômico. Isto moveu a “construção de uma rede de universidades federais, públicas e gratuitas, abarcando praticamente todos os estados da Federação”, e “em 1965 o número de matrículas cresceu, atingindo cerca de 352 mil estudantes” (NEVES; MARTINS, 2016, p. 97).

Durante o Golpe Militar no Brasil (1964-1985), o ensino superior “apesar da relativa expansão do sistema de ensino superior público, ele mostrava-se incapaz de aumentar suas matrículas, fenômeno este que mobilizou intensamente as organizações estudantis, visando à sua ampliação” (NEVES; MARTINS, 2016, p. 97).

Portanto, o movimento estudantil teve forte presença nessa época, criticava o funcionamento do ensino superior, sobretudo, a falta da realização de pesquisa no interior das universidades. No contexto de efervescência social frente as “reformas e base” os estudantes lançaram a “*Revista Oficina*” a fim de debater a reforma universitária e criticar as causas do subdesenvolvimento.

Nesse contexto ocorre a reforma do ensino superior, com o objetivo de ajustá-lo às necessidades econômicas do desenvolvimentismo brasileiro - política de governo que objetiva o crescimento da produção e da produtividade, aliando-se a econômica avançada dentro do sistema capitalista.

A reforma se efetivou com a promulgada a Lei nº 5.540/68, conhecida como a Reforma Universitária de 1968. As principais mudanças foram: profissionalizar a academia, institucionalizar a pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e incrementar uma política de formação de recursos humanos com vistas à criação do potencial científico tecnológico nacional. A alteração mais focalizada foi no padrão tradicional de ensino superior, baseado em faculdades isoladas e profissionalizantes, nas cátedras vitalícias e na ausência de pesquisa nas universidades existentes. A reforma previa uma estrutura moderna, “definindo a universidade como o modelo preferencial para a

expansão do sistema de ensino superior, tendo por função o ensino, a pesquisa e a extensão” (NEVES; MARTINS, 2016, p. 98).

Para Saviani (2010) a reforma universitária contou com dois princípios norteadores: o controle político das universidades públicas brasileiras e a formação de mão de obra para a produção econômico. Logo, ações contraditórias se colocaram: o investimento nas universidades com abertura de mais vagas e mais investimentos em pesquisas e, em contrapartida, o pedido de grupos ligados ao regime militar que pretendiam vincular mais fortemente o ensino superior aos mecanismos de mercado e ao projeto político de modernização, alinhados ao capitalismo internacional.

Nas palavras de Saviani a reforma universitária buscou responder duas demandas:

[...] de um lado, a demanda dos jovens estudantes ou postulantes a estudantes universitários e dos professores que reivindicavam a abolição da cátedra, a autonomia universitária e mais verbas e mais vagas para desenvolver pesquisas e ampliar o raio de ação da universidade; de outro lado, a demanda dos grupos ligados ao regime instalado com o golpe militar que buscavam vincular mais fortemente o ensino superior aos mecanismos de mercado e ao projeto político de modernização em consonância com os requerimentos do capitalismo internacional (SAVIANI, 2010, p. 9).

Contraditoriamente, a reforma na educação superior dos anos de 1960, ampliou o acesso da população à educação pública e implementou uma lógica privatista favorecendo a criação de instituições de educação superior privadas (SAVIANI, 2008). No período entre 1964 e 1982 se observa também as consequências de políticas repressivas da ditadura civil-militar nas instituições de educação superior, tais como aposentadorias e demissões de docentes, intervenção em universidades, controle policial sobre o trabalho docentes, o ensino e a pesquisa (CUNHA, 2003, p. 178).

Na época, o poder público<sup>2</sup>, atendeu as demandas por mais vagas contrariando a orientação da reforma universitária, mediante abertura de estabelecimentos isolados e integrados, oferecidos pela iniciativa privada. Essa perspectiva adentrou às políticas educacionais dos anos de 1990, o ensino superior cresceu no setor privado, oferecendo cursos de baixo custo e priorizando apenas o ensino, desarticulado da pesquisa e extensão. “Uma nova modalidade de ensino superior, que adotou um *ethos* empresarial, voltado para ganhos lucrativos” (NEVES; MARTINS, 2016, p. 98).

Segundo Minto (2004, p. 1), “embora a política econômica do regime militar no Brasil indicasse, já em meados dos anos 60, uma mudança significativa nos rumos do desenvolvimento capitalista nacional”, somente final de 1980 e início dos 1990 se institucionalizou no país as mudanças que marcaram o processo de readequação do Estado brasileiro aos desígnios do capitalismo internacional. “A necessidade de reordenação do Estado Brasileiro, segundo os ditames do capital transnacional, ganharia o status de Ministério Federal com a chamada Reforma do Estado” na gestão de Fernando Henrique Cardoso (MINTO, 2004, p. 1).

---

<sup>2</sup> Ministério da Educação (MEC) e o Conselho Federal de Educação (CFE).

As políticas de governos seguiram a lógica de reestruturação do Estado, que refletiu no campo educacional com novas relações entre os núcleos produtores do conhecimento científico e tecnológico (presença das universidades públicas) e o poder estabelecido (Idem).

Os organismos financeiros internacionais atuam como porta-vozes dos interesses do capital no campo educativo e na sociedade como um todo, de um lado, disseminando a ideia da necessidade de promover reformas tidas como “modernizadoras” e “racionalizadoras”; de outro lado, sendo eles próprios os impositores de tais medidas no campo político, formulando diretrizes e elaborando estratégias, o que, nos anos 80 e 90, passou a servir como importante moeda de troca no plano das relações internacionais. (MINTO, 2004, p. 5)

O Ministério da Educação (MEC) e o já extinto Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) foram os principais atores das reformas de 1990, e explicitou a necessidade crescente do capital:

[...] de apropriar-se do “núcleo privilegiado” onde são produzidas as “mercadorias básicas” de sua reprodução ampliada, a ciência e a tecnologia. Há uma redução das formas de controle público e democrático sobre o sistema. Isso porque, afirma CHAUI (1997, p. 04), “a ciência e a tecnologia tornaram-se forças produtivas, deixando de ser mero suporte do capital para se converterem em agentes de sua acumulação”, alterando o modo de inserção dos cientistas e técnicos na sociedade, já que o monopólio do conhecimento e da informação torna-se a base da força e poder dos capitalistas. (Minto, 2004, p. 6)

Como afirma Minto (2004, p. 6), “a lógica da produção capitalista, contudo, não se altera. A ampliação desta participação relativa do trabalho intelectual – ciência e tecnologia aplicadas à produção – na criação do valor, significa, antes, a potencialização do trabalho vivo no processo produtivo, mas não sua eliminação”.

É nesse contexto que o ensino superior foi sendo organizado nos anos de 1990, de um lado, avança em práticas já consagradas e, por outro, se configura com novas práticas sob a lógica neoliberal, beneficiando o setor privado de ensino. A mudança firmada na Reforma do Estado, e na educação com a LDB/1996, trouxe impactos nas políticas de educação superior nos governos posteriores, nacionais e estaduais (como é o caso do estado do Paraná), com práticas neoliberais que se intensificaram após os anos de 2010, tanto em expansão do setor privado sobre o público, bem como em precarização das condições de trabalho docente nas universidades públicas devido as políticas de ajustes fiscais.

Cabe destacar que nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores - PT), período de 2003 a 2016, o ensino superior teve um crescimento significativo em

números de instituições, matrículas e funções docentes<sup>3</sup>. Lula instituiu um Grupo de Trabalho Interministerial (GT) para analisar a situação e apresentar um plano de ação visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior. O relatório elaborado pelo GT foi usado pelo governo para redefinir uma agenda de ações para o ensino superior, e que refletiu nos estados. As principais medidas implementadas foram: Programa Universidade Para Todos (PROUNI); Criação do Sistema de Seleção Unificada (SISU); Crédito educativo - FIES; Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI; políticas afirmativas, entre outras.

Contudo, essas políticas não impediram a lógica neoliberal no ensino superior, que se aprofundou anos depois. Com o impeachment de Dilma Rousseff em agosto de 2016, Michel Temer (2016- 2018) assume o governo rapidamente e retoma com intensidade as reformas preconizadas pela ordem neoliberal, revigorada pelo Consenso de Washington, com ajustes e diminuição do Estado para com as políticas sociais e educacionais, incentivou as privatizações, abertura do mercado às empresas estrangeiras, reformas da previdência e trabalhista, entre outras (AMARAL, 2017).

O Estado buscou fortalecer sua função conservadora do *status quo* mediando os interesses do capital financeiro sob exploração da classe trabalhadora e a diminuição ou retirada de direitos sociais. Uma derrocada sem precedente do setor público, dos direitos sociais, a negação da ciência e a perda do sentido democrático da educação. No sistema capitalista, como bem aponta Antunes (2018), entra em questão quem pagará pela crise econômica ou quem perderá menos com ela, e como sempre, recai sobre a classe trabalhadora, a classe do “empobrecido”, e nunca ao grupo dominante que tenta criar um conformismo social, de classe hegemônica.

O processo de golpe viabilizou o governo Temer efetivar políticas de austeridade fiscal, de interesse de grupos econômicos, nacional e internacional, que se convergiram no apoio à candidatura de Jair Bolsonaro. Entre essas políticas está a Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos nº 95/2016 que instituiu um Novo Regime Fiscal (NRF) no país, com o congelamento dos gastos públicos, um limite que vigorará por 20 (vinte anos), portanto até 2036, aprofundando a destruição dos direitos sociais e trabalhistas (AMARAL, 2017; MARIANO, 2017).

Na visão de Gaudêncio Frigotto (2018, s/p), “o governo Temer representa o maior retrocesso para as políticas de educação dos últimos 70 anos”.

É interessante registrar que os intelectuais do golpe são muito articulados com o capital financeiro e, portanto, são funcionários dos grandes intelectuais coletivos, dentre eles o Banco Mundial. Você deve ter visto o relatório do Banco Mundial que se chama 'Um Ajuste Justo', que prega a austeridade no gasto público especialmente nas áreas de educação e saúde. Então todas essas reformas estão lá. São reformas que abocanham a parte do fundo público que era destinada a garantir direitos universais (que ainda não eram universais na realidade). A Emenda 95 atinge os mais pobres de várias formas: primeiramente estanca o aumento do salário mínimo real, um

<sup>3</sup> Ver tese: Borssoi (2023). Organização, relações e condições de trabalho docente nas universidades públicas estaduais do Paraná. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 2023.

mecanismo que nos últimos 15 anos garantiu efetiva distribuição de renda. O salário mínimo triplicou praticamente. Hoje o salário mínimo está estagnado e quem paga o preço? Vai ter menos qualidade de vida, menos saúde, menos possibilidade de as famílias apoiarem seus filhos na educação (FRIGOTTO, 2018, s/p).

As políticas neoliberais tiveram reflexos no setor público, logo no trabalho docente nas universidades estaduais do Paraná em termos de desinvestimento à pesquisa e pós-graduação, manutenção e investimento em infraestrutura, carreira docente e técnica, ausência de concursos, levando a precarização e intensificação do trabalho.

Sendo assim, o objetivo deste texto é apresentar as sete universidades públicas estaduais do Paraná<sup>4</sup>, focalizando particularidades históricas, que possibilitaram a expansão do ensino superior no estado. Contudo, num movimento contraditório, a implementação das políticas neoliberais aprofundou a precarização e intensificação do trabalho docente.

A contextualização do sistema universitário público estadual paranaense permitiu entender diferenças e similitudes existentes, que ao longo do tempo marcam o perfil institucional de cada uma das universidades de acordo com suas realidades sociais, regionais e locais. Além disso, a aproximação com cada uma delas permitiu analisar o trabalho docente.

O artigo foi organizado por seções. Na primeira seção, são apresentadas as sete universidades públicas estaduais, subdividindo em três grupos que estão relacionados ao momento histórico em que foram criadas, enfatizando a processo expansão do ensino superior público no Paraná. E, na segunda seção, trata de analisar brevemente a intensificação e precarização do trabalho dos professores e professoras das universidades estaduais.

Os procedimentos metodológicos adotados, de abordagem qualitativa e quantitativa, perpassam estudos teóricos com base na pesquisa bibliográfica, documental (sites das universidades, legislações) e entrevistas realizadas com docentes em direção sindical em 2019. E foi orientada pela perspectiva crítica dialética, a qual considera o movimento entre o todo e as partes, universal e particular.

Desde já importa dizer que a expansão do ensino superior público demanda investimentos, repasse de recursos públicos, políticas e práticas de manutenção de infraestrutura, de contratação docente e técnicos, entre outras práticas que possibilitem de fato que o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão desenvolveram suas atividades, para assim as Universidades exercerem seu papel político e social para com a formação e preparação da classe trabalhadora, e sobretudo, evitando a passividade intelectual.

A defesa de investimentos no setor público de ensino superior decorre do fato de que são as universidades públicas responsáveis por cerca de 90% da ciência produzida no Brasil (SAVIANI, 2010).

---

<sup>4</sup> Essas instituições compuseram o campo empírico de pesquisa de doutorado.



## 2 UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO PARANÁ: da criação à expansão do ensino superior público

As instituições de ensino superior públicas no Paraná foram criadas entre os anos de 1950 a 1970, e respondem ao processo de desenvolvimento econômico do estado e interesse de grupos sociais e políticos dominantes naquele período histórico. Nos anos de 1980, com o desenvolvimento social e econômico das regiões do Estado, efervescência política a nível nacional e mobilizações sociais, aumentou a pressão pela interiorização do ensino superior<sup>5</sup> (SHEEN, 1986; 2000).

Ao analisar as políticas educacionais implementadas pelos governos estaduais, no período entre 1983 e 1987, nos estados do Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Rio Janeiro, Cunha (2009), destaca que o Paraná já tinha características distintas dos demais estados federativos. No início dos anos 1980 o Paraná tinha uma forte presença do setor público na educação superior, em 1983 os estudantes em instituições públicas era 68%, muito acima da média nacional que era 40%. A educação superior pública na época não era gratuita no Paraná, com exceção das instituições federais.

Desde o início da criação das instituições de ensino superior no Paraná até hoje em 2023, é possível distinguir três períodos históricos na criação do sistema de educação superior estadual no Paraná: a) o primeiro período, entre 1950 e 1960, com a criação de instituições de ensino superior isoladas, organizadas em faculdades; b) o segundo período, durante a ditadura civil militar (1964-1985), no final de 1960, décadas de 1970 e 1980, com a fundação de três universidades estaduais<sup>6</sup> respondendo à reforma universitária de 1968 (Lei 5.540)<sup>7</sup>, e também a continuidade da expansão de IES isoladas municipais e estaduais; c) e, o terceiro período, após redemocratização, no final dos anos 1980 e início de 1990, momento de pressão popular em defesa da educação superior pública e gratuita frente ao forte crescimento da oferta do ensino superior privado. Ocorreu um processo de reorganização das faculdades isoladas do Estado em formato de universidades públicas estaduais – atendendo a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão.

A “institucionalização das universidades estaduais no Paraná é relativamente nova e suas origens estão vinculadas a junção de faculdades estaduais que já existiam espalhadas pelo território do estado” (BERNARDO, 2020, p. 38). As universidades estaduais paranaenses estão inseridas social e geograficamente, criadas em momentos históricos diferenciados, respondendo a projetos societários diferenciados.

O sistema universitário público estadual no Paraná é constituído por 7 universidades com reitorias localizadas em Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, Guarapuava, Jacarezinho e

---

<sup>5</sup>A interiorização do ensino superior no estado do Paraná teve três momentos distintos. Nos anos de 1950 a 1960 foram fundados os estabelecimentos de ensino superior isolados; no final dos anos de 1960 ocorreu a interiorização do ensino universitário surgindo as três primeiras universidades estaduais; e a partir de 1975 a expansão do ensino superior com as instituições municipais (SHEEN, 1986).

<sup>6</sup> Universidade Estadual de Londrina, Universidade Estadual de Maringá e Universidade Estadual de Ponta Grossa.

<sup>7</sup> Além da *reforma universitária* de 1968, outra lei anterior influenciou a criação da universidade no Paraná, foi a *Reforma Rivadária Correia* – Decreto Federal nº 8.659/1911, tratava da Lei orgânica do ensino superior e do fundamental na República, de inspiração positivista, esta reforma preconizou a *desoficialização do ensino* e permitiu a existência de *escolas livres* (SHEEN, 2001).

Curitiba/Paranavaí. As universidades estão sob responsabilidade administrativa da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI)<sup>8</sup>.

A UEL, UEM e UEPG foram criadas entre 1969 e 1970, durante a ditadura civil-militar e em consonância com a reforma universitária de 1968. No período de transição para a democracia foram organizadas mais duas universidades – UNIOESTE e UNICENTRO – criadas em 1987 e 1990. E no período democrático foram criadas mais duas: UENP e UNESPAR (conforme apresentado na Tabela 1).

**Tabela 1:** Universidades Públicas Estaduais do Paraná

Universidades Públicas Estaduais - Paraná	Criação	Reitorias
Universidade Estadual de Maringá – UEM	1969	Maringá
Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG	1969	Ponta Grossa
Universidade Estadual de Londrina – UEL	1970	Londrina
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste - multicampi	1994	Cascavel
Universidade Estadual do Centro-oeste – UNICENTRO-multicampi	1990	Guarapuava
Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP - multicampi	2006	Jacarezinho
Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR - multicampi e multiregional	2013	Curitiba Paranavaí

**Fonte:** BORSSOI, 2019. Elaborado a partir de dados disponíveis nos sites IEES/PR.

As três primeiras universidades estaduais no Paraná foram criadas no governo de Paulo Pimentel (1966-1971), do Partido Trabalhista Nacional (PTN), no regime civil-militar e num contexto de reivindicações na América Latina com a Reforma Universitária de 1968, tendo o movimento estudantil como protagonista. Elas foram instituídas por meio da Lei Estadual n. 6.034 de 6 de novembro 1969 que autorizou a criação das universidades, e pelos Decretos de 28 de janeiro de 1970 sob forma de fundação estaduais. Mas, como aponta Sheen (1986), a mobilização para a criação dessas IES já ocorria nos anos de 1950. Elas estão situadas nas cidades de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, antiga região da cafeicultura onde nasceu a prosperidade agrícola do Paraná e incorporaram as

<sup>8</sup> A *Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior* (SETI), foi criada em 1987 com o propósito de “definir, coordenar e executar políticas e diretrizes nas áreas da ciência, tecnologia e ensino superior” (PARANÁ, 2017 apud BERNARDO, 2020, p. 71). Em 2019, no governo Carlos Roberto Massa Júnior (Ratinho Junior), a SETI foi transformada e renomeada em *Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior*, tendo por “objetivo de coordenar, implementar e executar políticas e diretrizes nas áreas da *Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior* que possam contribuir com o desenvolvimento da sociedade paranaense”. Os três eixos que norteiam os programas e projetos coordenados pela SETI: *Desenvolvimento Regional e Popularização da Ciência; Inovação e Competitividade; e Reestruturação da Gestão Administrativa* (PARANÁ, 2021). Disponível em: <http://www.seti.pr.gov.br/institucional/apresentacao>. Acesso em: 23 de jun., 2021.



primeiras diretrizes da política educacional dos governos militares: “o regime fundacional, a cobrança de mensalidades a preço de mercado e a estrutura centro-departamento” (CUNHA, 2009, p. 250).

Ao serem criadas como fundações de direito público, instituíram o ensino pago até 1987, em consonância com a Lei 5.540 que remetia à instituição a escolha da forma jurídica e permitia o ensino pago (SHENN, 1986). Segundo Padilha (2008) a cobrança de mensalidade atribui um significado diferente a essas primeiras instituições universitárias, pois não teve um impacto financeiro ao governo do Estado, já que foram criadas sob regime de fundação.

Nessa direção, UEM, UEPG e UEL expressam a reforma universitária, de efetivação da “modernização e inovação” no sistema universitário brasileiro (CUNHA, 2003; ROMANELLI, 2010). *Modernização* entendida como *racionalização, eficiência e produtividade* da universidade na sua relação com as exigências do desenvolvimento econômico da sociedade brasileira proposto pelos militares. Entretanto, sob a égide da noção de modernização havia também o controle político sobre professores, estudantes e conhecimento científico, tecnológico, filosófico e artística produzido e veiculado pelas universidades (ROMANELLI, 2010, p. 242).

A *reforma universitária* de 1968 preconizava ainda a descentralização e interiorização da educação superior permitindo a criação de instituições estaduais em regiões que não fossem nas capitais. É nesta direção que o governo do Paraná cria as três primeiras universidades estaduais, atrela a preocupação de integração do Estado a nível nacional, com construção de infraestrutura básica e de cunho social (SHEEN, 1986).

Na análise de Sheen (1986), as primeiras universidades não impediram a proliferação de IES isoladas, mas contribuíram significativamente para a participação do Estado na manutenção do ensino superior. Teve uma mudança em termos qualitativos e quantitativos no sistema estadual com a consolidação de uma política de ensino superior, reforma universitária e de contratação e carreira docente e técnica.

As condições objetivas que possibilitaram a criação das primeiras universidades paranaenses durante o governo Paulo Pimentel estiveram articuladas com o desenvolvimento econômico do Paraná<sup>9</sup>; as demandas de qualificação pessoal; uma política federal de expansão do ensino superior no formato de universidades (Lei nº 5.540/68) juntamente com a necessidade estadual; a força econômica e política; e articulação e organização de grupos dirigentes em torno do projeto de universidade (SHEEN, 2000).

As cidades de Ponta grossa, Londrina e Maringá ambicionavam criar e sediar uma universidade que pudesse, além de atender a população local, se constituir num polo regional de oferta de ensino superior, interesses que marcaram a luta pela definição da cidade, pela hegemonia regional e resistência de segmentos sociais e instituições de Curitiba, quanto a interiorização do ensino universitário. Ponta

---

<sup>9</sup> Na análise de Sheen (2000), se referenciando em Gramsci e Marx, as regiões estaduais tiveram papel de constituírem a articulação e expansão de *classe* na constituição de um aparelho de hegemonia, com um forte desempenho econômico e político. A hipótese parcial de Sheen (2000, p. 111) é que “a criação das universidades [três primeiras universidades] se configurou como um **projeto político de classe**, visando a recomposição da hegemonia e neste sentido foi assumido pelo Estado, e não ao contrário”.

Grossa reivindicava a criação da *Universidade do Paraná Central*, Londrina a *Universidade do Café*, e Maringá a *Universidade do Vale do Ivaí* (SHEEN, 2000).

Na década seguinte, anos 1980 e 1990, o Paraná esteve sob gestão dos governos José Richa - PMDB (1983-1986)<sup>10</sup> e Álvaro Fernandes Dias - PMDB (1987-1990)<sup>11</sup>. Esse período marca a transição democrática no país, organizações estudantis, sindicais, associativas reconstruem o espaço da política, das lutas e movimentos sociais. A nova Constituição brasileira de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 redefinem o lugar da universidade na sociedade brasileira.

Conforme artigo 207 da Constituição Federal, “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988).

Na LDB, os artigos 52, 53 e 54, tratam do papel das universidades no desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é definida no art. 52 - “as universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano” (BRASIL, 1996). O Decreto nº 2.207/97 revogado pelo Decreto nº 2.306/97<sup>12</sup> reafirma o artigo 207 da Constituição Federal.

Nesse contexto de redefinição do papel social da universidade e luta pela educação superior pública e gratuita, são fundadas mais duas universidades estaduais, UNIOESTE e UNICENTRO, caracterizadas como *multicampi*, criadas nos governos Álvaro Dias (PMDB - 1987-1991). Foram instituídas na transição democrática frente as mobilizações em defesa a universidade pública e pela gratuidade nas universidades estaduais. As faculdades municipais de Cascavel, Toledo, Marechal Cândido Rondon e Foz do Iguaçu (a Facivel de Francisco Beltrão foi incorporada em 1998) organizaram campanhas a fim de se constituírem em universidades sob patrocínio estadual ou federal, diante a rápida expansão do ensino superior de iniciativa privada na região. O projeto que foi aprovado no fim do governo com a Lei Estadual n. 8.680/1987 que autorizou a criação da Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste (CUNHA, 2009). A UNICENTRO surge em 1991, também da fusão de faculdades isoladas, na região central do Estado do Paraná, na cidade de Guarapuava e Irati. Em 1991, Unioeste e Unicentro foram transformadas em autarquias pela Lei Estadual n. 9.663.

No início dos anos 2000, num momento contraditório em que a nível nacional objetivou o fortalecimento do papel do Estado, do setor público e expansão do ensino superior e a nível estadual (estado do Paraná) governos de defesa das políticas neoliberais, outras duas universidades foram

---

<sup>10</sup> Durante o mandato de José Richa - PMDB, buscou-se a redemocratização do estado e da educação, do ensino público como um todo, com vistas a superação da postura autoritária e centralizadora, e defesa do direito de igualdade, liberdade de expressão e democracia (BACZINSKI, 2007).

<sup>11</sup> O governo Álvaro Dias - PMDB, sinalizava a democratização do sistema educacional paranaense, mas sua gestão foi conflituosa, em 1988 os professores e professoras do Estado deflagraram greve devido as perdas salariais. Em 30 de agosto de 1988, o governo agiu autoritária e violentamente (uso da força, bombas, cães e cavalaria) às reivindicações para o reconhecimento da carreira dos trabalhadores da educação. (BACZINSKI, 2007). A data se tornou tema de luta pelo respeito e valorização da educação públicas do Paraná.

<sup>12</sup> Art. 9, parágrafo único, afirma: “a criação de universidades especializadas, admitidas na forma do parágrafo único do art. 52 da Lei nº 9.394, de 1996, dar-se-á mediante a comprovação da existência de atividades de ensino e pesquisa tanto em áreas básicas com o nas aplicadas” (BRASIL, 1997).

instituídas no estado do Paraná. A UENP criada em 2006 no governo Hermas Brandão (PSDB – 2006) e a UNESPAR criada em 2013 no governo Beto Richa (PSDB – 2011-2015). As duas também surgem da fusão de antigas instituições de ensino superior caracterizadas pela organização na forma de *multicampi* e *multiregional*, respectivamente. A primeira na região norte nas cidades de Jacarezinho, Bandeirantes e Cornélio Procopio e, a segunda está presente em diversas regiões do Estado, localizadas nas cidades de Curitiba, Apucarana, Campo Mourão, Paranaguá, Paranavaí, São José dos Pinhais e União da Vitória.

Como exposto, antes de se transformarem em “universidades estaduais” elas foram concebidas como *faculdades isoladas*, fenômeno que advém da própria origem do ensino superior no Brasil.

A expansão das oportunidades de escolarização no ensino secundário e a equivalência dos cursos médios ao secundário aumentaram a demanda pelos cursos superiores, que foi respondida principalmente pelo governo federal. Tal resposta assumiu três formas. Em primeiro lugar, a *criação de novas faculdades* onde não as havia ou onde só havia instituições privadas de ensino superior. Em segundo lugar, pela *gratuidade de fato dos cursos superiores das instituições federais*, ainda que a legislação continuasse determinando a cobrança de taxas nos cursos públicos. Em terceiro lugar, a *“federalização” de faculdades estaduais e privadas*, reunindo-as, em seguida, em *universidades* (CUNHA, 2003, p. 171).

As universidades estaduais paranaenses são entidades de direito público, com autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial nas políticas educacionais, mas dependente financeiramente do Governo Estadual. O Estado é responsável pela maior parte dos recursos para funcionamento e manutenção, tendo a Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino superior (SETI) como ente de coordenação, implementação e execução das políticas e diretrizes para ensino superior, ciências, tecnologia e inovação.

No mapa geográfico abaixo (Mapa 1), observa-se a abrangência regional das 7 universidades públicas estaduais e distribuição de seus campi no estado do Paraná. A distribuição territorial das universidades em *campi* contém a noção de segregação espacial como estratégia de dominação da ditadura civil militar. Segundo Cunha (2003, p. 182) a concepção de “*campus*” foi recomendação dos consultores estadunidenses<sup>13</sup>, e adotado pelo Ministério da Educação, legitimada pela articulação entre território e desenvolvimento econômico com a interiorização.

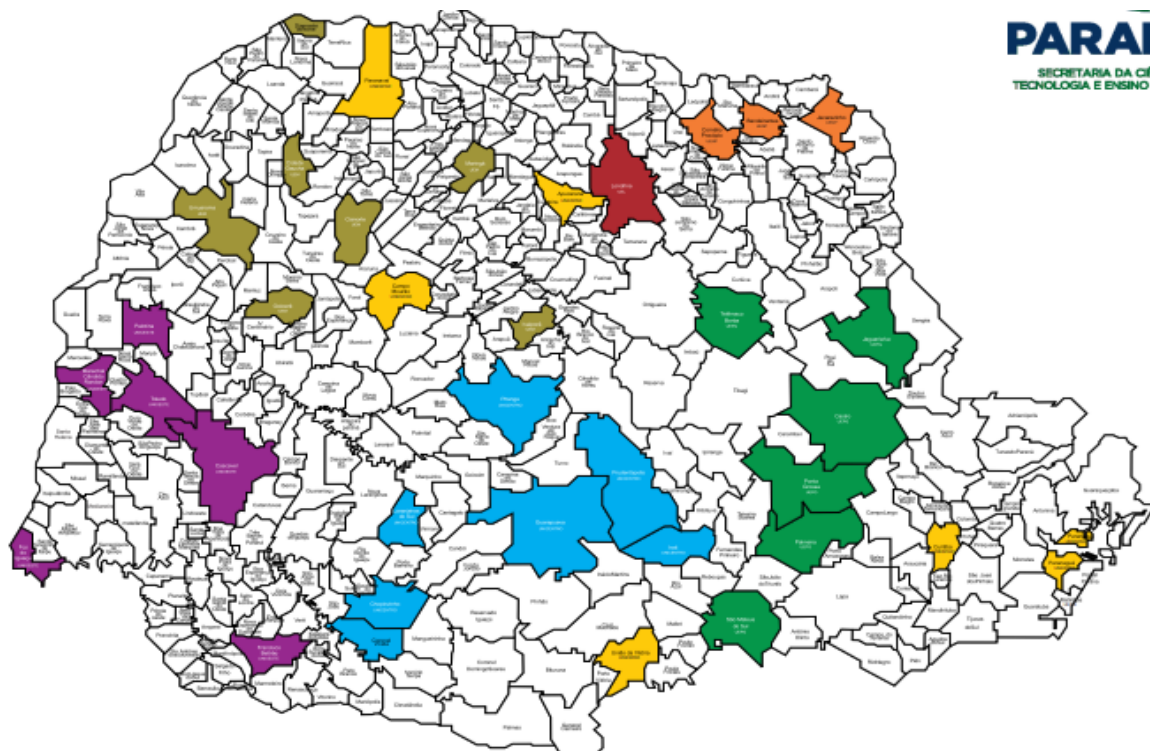
Enquanto o *campus* segregado e excluído passou a ser a regra para as universidades públicas em todo o país, as universidades privadas faziam justamente o contrário. Sem os constrangimentos que aquelas padeciam, utilizavam o espaço urbano disponível

<sup>13</sup> Em 1963, por indicação da elite brasileira, uma equipe especial de consultores (quatro norte-americanos Cardwell, Larson, Peach e Wagley), que pertenciam aos quadros da *USAID - United States Agency For International Development*, chegaram ao Brasil e objetivaram cotejar a realidade de ensino superior existente e propor novas estratégias. A concepção proposta foi “o ensino superior como formação de recursos humanos e estes como meios para o aumento da produção industrial e da produção agrícola” (CUNHA, 2007, p. 156).

até o limite máximo possível, erguendo edifícios sobre os terrenos existentes. Assim, ao mesmo tempo em que as universidades públicas abandonavam os centros urbanos, as universidades privadas expandiam aí suas instalações. Embora esse processo segregacionista e monumentalista tenha sofrido uma inflexão ainda que tardia, os problemas advindos da segregação espacial das universidades públicas já não encontravam solução fácil nem barata (CUNHA, 2003, p. 183).

A interiorização dos *campi* das universidades estaduais pelo estado do Paraná possibilitou a formação de profissionais de diversas áreas do conhecimento. Além da função de formação de mão de obra, Bernardo (2020) ressalta que elas exerceram um papel importante para a interiorização da presença do Estado, com a institucionalização de serviços públicos para localidades mais distantes de centros urbanos.

**Mapa 1:** Mapa do estado do Paraná e abrangência regional das sete universidades estaduais



**Legenda:** UEL: vermelho/ UEM: marrom claro/ UEPG: verde/ UNIOESTE: roxo/ UNICENTRO: azul/ UENP: laranja/ UNESPAR: amarelo.

**Fonte:** PARANÁ, 2017. ([www.seti.pr.gov.br](http://www.seti.pr.gov.br)).

De acordo com os dados do Censo Acadêmico da SETI, tendo como referência dezembro de 2018, apontaram que na totalidade das universidades públicas estaduais foram ofertados 350 cursos de graduação presencial com 65.554 estudantes e 38 cursos de graduação na modalidade EAD com 10.052 estudantes, somam 75.606 matrículas. Na pós-graduação, as IEES/PR possuíam 292 cursos *lato sensu*

(261 presencial e 31 EAD) com 11.196 matrículas, e 261 programas *stricto sensu* (181 mestrados e 80 doutorados) com 9.985 matrículas<sup>14</sup>.

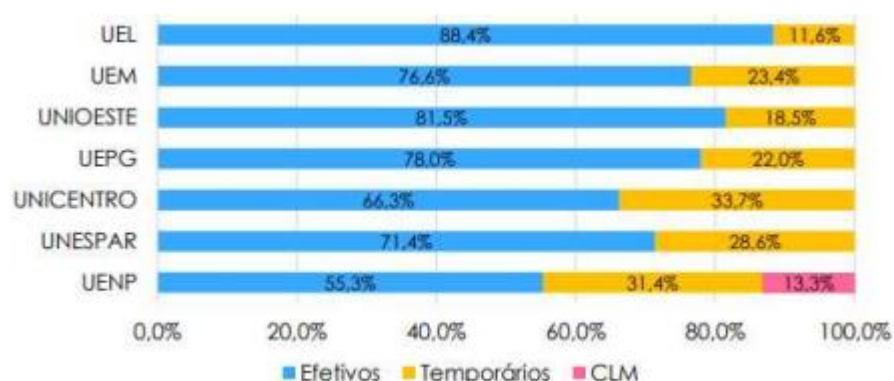
Esse panorama demonstra brevemente que a constituição histórica de cada uma das sete universidades estaduais é particular, pois está relacionada ao processo histórico de ocupação territorial do Estado e desenvolvimento econômico, social e cultural, bem como expressa um sentido de totalidade, pois é uma organização de luta e defesa da educação superior pública, gratuita, local e regional.

### 3 EXPANSÃO, PRECARIZAÇÃO E INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

Não restam dúvidas que o estado do Paraná tem destaque com a presença de sete (7) universidades estaduais públicas. Contudo, os estudos apontam que as políticas neoliberais, que privilegiam ajustes fiscais, causaram reflexos até hoje nas universidades públicas e no trabalho docente.

A expansão, seja pela criação de instituições de ensino superior ou reorganização das faculdades isoladas em universidades, vem sendo marcada pela precarização nas infraestruturas das instituições de ensino e carreiras universitárias – docentes e técnicas, disputas de financiamento à pesquisa, que levam a intensificação do trabalho docente, mediante a não realização de concursos públicos para a carreira docente e técnica efetiva. Entre os fatores que levam a precarização e intensificação do trabalho dos professores e professoras, o gráfico abaixo, elaborado pelo Sindipro/Aduel (2018), permite apreender esse fenômeno pelo movimento de contratações efetivas e temporárias. Nas sete universidades estaduais do Paraná, o menor percentual de professores temporários é na UEL (11,6%), e o maior índice é na UNICENTRO (33,7%).

**Gráfico 1:** Distribuição dos contratos de trabalho – efetivos, temporários e CLT – nas universidades públicas estaduais do Paraná, ano 2018.



<sup>14</sup> PARANÁ. *Perfil cursos, alunos e servidores - dez. 2018*. Disponível em: [http://www.seti.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/documento/2019-09/censo\\_ensino\\_superior\\_2018.pdf](http://www.seti.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/censo_ensino_superior_2018.pdf). Acesso em: 23 de ago., 2020.



**Fonte:** Sindiprol/Aduel (2018)

Ao analisar os contratos de trabalho nas universidades públicas do estado do Paraná, no período entre 2002 e 2017, Bernardo (2020) evidenciou que há um processo de intensificação de contratos de trabalho temporários e que tais docentes não usufruem dos mesmos direitos conquistados pelos professores efetivos. Tais trabalhadores temporários, encontram-se em uma espécie de “limbo”, pois não são celetistas nem estatutários.

O levantamento da composição percentual do quadro de professores estatutários e temporários nas universidades estaduais do Paraná demonstrou que a contratação flexível vem aumentando significativamente quando comparada com o crescimento do quadro de professores efetivos. Os dados revelaram um crescimento de 38,37% dos docentes efetivos na comparação entre 2002 e 2017, sendo que nesse mesmo período a contratação de professores temporários cresceu 235,99%. Ainda foi identificado aumento na oferta do ensino, sendo a pós-graduação a modalidade que mais cresceu nos últimos anos. A combinação da expansão na oferta do ensino, aliada ao baixo crescimento do quadro de professores estatutários tensiona o aumento das contratações temporárias nas estaduais pesquisadas (BERNARDO, 2020, p. 296).

Isto leva a seguinte questão: Quais são as motivações das universidades para a intensificação da política de contratação temporária no estado do Paraná? De forma geral, a Reforma do Aparelho de Estado é um marco na flexibilização dos contratos de trabalho no setor público. As contratações temporárias expressam políticas que não só diferenciam os trabalhadores docentes, de um lado aqueles com contratos efetivos e portadores de direitos e de outro os temporários; como também expressa uma nova concepção de gestão do Estado em direção a um “Estado mais flexível”, reativo, fundamentado no mercado e orientado para o consumidor (DARDOT; LAVAL, 2016).

De acordo com os docentes em direção sindicais entrevistados na pesquisa de doutorado (BORSSOI, 2023), o trabalho docente se intensifica e se precariza também para os docentes efetivos, pois muitas das atividades realizadas por estes não podem ser assumidas pelos temporários, como as atividades político-administrativas. Os docentes temporários não têm direito ao regime de tempo integral e dedicação exclusiva (TIDE), portanto, além de temporários, trabalham em tempo parcial.

Os docentes em direção sindical argumentam que a flexibilização das formas de contratação tem produzido mudanças significativas no trabalho docente. De um lado, ele pode ser considerado um trabalho provisório e intermitente que pode ser executado por contratados por tempo determinado, de outro é um trabalho perene e intensificado, realizado para além das quarenta horas de trabalho semanais.

A desregulamentação. É que são regulamentações que desregulam, é isso. A flexibilização é uma das principais, intensificação das jornadas, arrocho salarial, que a grande característica da reforma trabalhista foi essa, foi regulamentar a precarização, o trabalho precarizado. Então é isso que está acontecendo nas universidades, como no caso do contrato dos temporários que era sempre assim: 1 ano renovável por mais 1 ano, portanto a gente tinha esse temporário por 2 anos, é pouco tempo, mas é alguma



coisa mais consistente. Hoje a gente tem contratos de 6 meses, menos de 6 meses, tem contrato de 3 meses. Que professor desempenha um trabalho de 3 meses? Isso não existe! As disciplinas têm um mínimo de 6 meses, 1 ano. Professor que fica 2 anos ele melhora o seu trabalho de um ano para o outro, ele repensa, ele aprimora. Mas não, aqui agora está assim, o professor é só um tapa buraco mesmo e eles são cada vez mais numerosos porque eles são muito mais baratos para o Estado, eles não têm carreira, então eles estão nessa situação, não só ganham menos eles não têm custo médio e a longo prazo porque eles não têm carreira, é fácil substituí-los, então essa política de contrato de 6 meses ou até menos ela é super recente e nefasta, e é um dos reflexos da reforma trabalhista dentro da universidade. (DDS – 7, entrevista realizada em outubro de 2019).

O elevado número de contratação de docentes temporários é consequência da ausência de concursos públicos e reposição de docentes aposentados, como destaca o docente em dirigente sindical (DDS1): “a não realização de concurso que eu falei, é um âmbito que influencia toda a estrutura da universidade, as pessoas vão aposentando, as pessoas vão saindo, e a gente não tem substituições” (DDS – 1, entrevista realizada em dezembro de 2019).

As universidades de modo próprio, como há um enxugamento do orçamento, estão cortando”. [...] rigorosamente falando, um professor temporário ele está temporariamente. O que tem que acabar é a figura do professor temporário. Então, ou faz concurso público e preenche ou efetiva o temporário. Eu defendo que todo o temporário seja efetivado, e que o professor temporário tenha o mesmo tratamento que o professor efetivo (DDS – 2, entrevista realizada em novembro de 2019).

Os contratos de trabalho temporários afetam também a carreira técnica administrativa, uma vez que há redução de vagas para a área técnica universitária que impede a realização de concursos. Segundo os docentes em direção sindical estagiários têm sido contratados para substituir postos de trabalho de técnicos efetivos. Isto leva a análise de que o aumento de contratos de professores e técnicos temporários, impacta em condições de trabalho do docente, mas também nas condições de trabalho da universidade como um todo, implicando em mudanças na natureza do trabalho docente e do trabalho técnico, que não são substituídos por profissionais qualificados e efetivos.

Outro agravante, que aprofunda a precarização do trabalho nas universidades estaduais, é o não reajuste salarial. Os docentes em direção sindical são unânimes em afirmar que houve tratamento diferenciado dos governos em relação aos reajustes salariais. A demanda sindical se pauta sobre a recomposição do poder de compra dos salários.

(...) a gente teve uma greve terrível em 2001, a greve de 165 dias, uma das maiores greves da História do Brasil nós fizemos aqui do Estado do Paraná, e que tinha um acúmulo de 60%, 65% de defasagem salarial e de perdas inflacionárias. E aí você sabe que quando a gente tem perdas inflacionárias o salário não acompanha, acaba

produzindo uma perda real. Então a gente fez grandes mobilizações de recuperação salarial nesse momento e depois com o Governo Richa. Hoje [2019] a gente já tem, já deve estar aí perto de 20, 25% de perdas salariais atuais [defasagem salarial chega a 42% em junho de 2023], considerando a não reposição salarial das perdas inflacionárias. E agora nós vamos ter - se passar essa Reforma da Previdência - perda real de salário, porque vai aumentar a alíquota, então a gente não tem reposição salarial e tem mais descontos o que diminui né o salário efetivamente (Docente Direção Sindical – 11 - entrevista realizada em dezembro de 2019).

Acima foram apresentados aspectos pontuais que aprofundam a precarização e intensificação do trabalho docente juntamente com políticas neoliberais, como o aumento da contratação temporária em comparação a contratação efetiva, a não reposição salarial. Mas há outros fatores que merecem análise, a reforma trabalhista, reforma da previdência, diminuição e cortes nos investimentos públicos, a política de manutenção do magistério superior, as reformas que abocanham o fundo público, etc.

A universidade vem sendo precarizada num processo de sucateamento, privatização não clássica, que acontece por dentro, ampliaram-se as terceirizações, sobretudo, na segurança e limpeza, e os professores efetivos são substituídos por professores colaboradores.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tratar da expansão das universidades públicas paranaenses e as condições de trabalho docente é impossível não considerar os movimentos sociais, estudantil, e, sobretudo, o movimento docente que sempre esteve nas “lutas pela realização de concursos, por condições dignas de trabalho e de remuneração, dentre outras, que fazem parte de um movimento mais amplo [...], de constituição de uma esfera pública e democrática na sociedade brasileira [...] (RIDENTI, 1995, p. 9-10).

A expansão do ensino superior público, com criação e reorganização das faculdades isoladas em universidades públicas, têm função significativa para a sociedade paranaense, pois agregou a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, e possibilitou melhorar os serviços públicos e qualificar profissionais.

Contudo, as políticas neoliberais colocadas em prática pelos diferentes governos desde 1990, sinalizam disputas de projetos opostos de sociedade, educação e trabalho. De um lado, a valorização da educação e da ciência, das instituições públicas, proteção do trabalho e direitos da classe trabalhadora; de outro lado, políticas de interesses de mercado, dos grupos sociais que detêm o poder e o capital.

A expansão do ensino superior público paranaense – graduação e pós-graduação – tem suas expressões significativas, mas o crescimento refletiu em intensificação do trabalho docente.

Isto expressa o que Chauí (2001, p. 35) destaca em seus escritos de que “[...] a universidade é uma instituição social. Isso significa que ela realiza e exprime de modo determinado a sociedade de

que é e faz parte. Não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada”.

Sendo assim, e frente as práticas de governos que buscam fragilizar a função social da Universidade pública, é preciso fortalecer as políticas públicas de expansão do ensino superior integradas à política de permanência dos estudantes e, sobretudo, continuar na luta por condições justas de trabalho dos docentes e técnicos administrativos, a fim de garantir uma sociedade democrática.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Nelson Cardoso. Com a PEC 241/55 (EC 95) haverá prioridade para cumprir as metas do PNE (2014-2024)? *Revista Brasileira de Educação*, v. 22, n.71, 2017.

BACZINSKI, Alexandra Vanessa de Moura. **A implantação oficial da Pedagogia Histórico Crítica na rede pública do Estado do Paraná (1983-1994):** legitimação, resistências e contradições. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas/SP, 2007.

BERNARDO, Kelen Aparecida da Silva. **Flexibilização contratual no setor público:** condições e relações de trabalho dos professores temporários nas universidades estaduais do Paraná. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

BORSSOI, Berenice. **Organização, relações e condições de trabalho docente nas universidades públicas estaduais do Paraná.** Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 2023.

BRASIL. **Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931.** Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 23 de jun. 2023.

CHAUI, Marilena. **Escritos sobre a universidade.** São Paulo: UNESP, 2001.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino superior no octênio FHC. *Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 24, n. 82, p. 37-61, abril 2003.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, Estado e democracia no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2009.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

FRIGOTTO, Gaudêncio. ‘**A educação está nocauteada**’ - entrevista com Gaudêncio Frigotto.

Entrevistador: André Antunes, publicada por EPSJV/Fiocruz, 15-06- 2018. Disponível em: [‘A educação está nocauteada’. Entrevista com Gaudêncio Frigotto - Instituto Humanitas Unisinos - IHU](#). Acesso: 13 maio, 2021.

GROPPO, Luis Antônio. *A questão universitária e o movimento estudantil no Brasil nos anos 1960*.

Disponível em:

[https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2016/TRABALHO\\_EV056\\_MD1\\_SA1\\_ID2286\\_14082016222320.pdf](https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2016/TRABALHO_EV056_MD1_SA1_ID2286_14082016222320.pdf). Acesso: 23 jan. 2023.

MARIANO, Cynara Monteiro. **Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre**. *Revista de Investigações Constitucionais*, Vol 4, n 1, Curitiba, Jan/abr 2017. Disponível em:

[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2359-56392017000100259&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2359-56392017000100259&script=sci_arttext). Acesso em: 28 dez. 2020.

MINTO, Lalo Watanabe. **O público e o privado nas reformas do ensino superior brasileiro: do golpe de 1964 aos anos 90**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas/SP, 2005.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; MARTINS, Carlos Benedito. **Ensino superior no Brasil: uma visão abrangente**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Brasília, 2016. Disponível em:

<https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9061/1/Ensino%20superior%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 04 de junho, 2023.

RIDENTI, Marcelo. **Professores e atividades da esfera pública**. São Paulo: Cortez, 1995.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **A Expansão do Ensino Superior no Brasil: mudanças e continuidades. Poiesis pedagógica**. Goiânia; v.8, n.2., 2010. Disponível em::

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3225146/mod\\_resource/content/1/SAVIANI%202010.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3225146/mod_resource/content/1/SAVIANI%202010.pdf).

Acesso: 20 de maio. 2022.

SINDIPROL/ADUEL. **Relatório final do seminário estadual sobre a minuta de lei geral das universidades**. Sindiprol/Aduel, 2019.

SHEEN, Maria Rosemary Coimbra Campos. **O contexto da política de criação das Universidades Estaduais do Paraná**. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 1986.

SHEEN, Maria Rosemary Coimbra Campos. **Política Educacional e Hegemonia: a criação das primeiras universidades estaduais do Paraná na década de 1960**. Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2000.

Recebido em: 1 de agosto de 2023.

Aprovado em: 9 de novembro de 2023.

Link/DOI: <https://doi.org/10.30681/reprs.v14i3.11509>

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP, 2023), Professora Adjunta da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE, *campus* de Foz do Iguaçu), integrante do Grupo de Pesquisa Educação Superior, Formação e Trabalho Docente (GESFORT/UNIOESTE, *campus* de Francisco Beltrão), Paraná, Brasil.

*Curriculum Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/2956288429037300>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7002-5738>

E-mail: [bereborssoi@gmail.com](mailto:bereborssoi@gmail.com)